

# Entenda por que a isenção de Imposto de Renda desagradou tanto economistas como o mercado

Para especialistas, medida prejudicou pacote de contenção de gastos anunciado pelo governo

Por Anaís Fernandes, Marcelo Osakabe, Marsílea Gombata, Marta Watanabe, Alex Jorge Braga e Paula Martini, Valor — São Paulo e Rio

29/11/2024 07h30 · Atualizado há 7 horas

Na avaliação de alguns economistas, o pacote de contenção de despesas detalhado pelo governo poderia ter sido relativamente bem aceito pelo mercado caso não tivesse sido acompanhado do anúncio da medida em relação à isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

“É óbvio que não seria recebido com fogos de artifício, mas teria algum alívio de todos esses ruídos e preocupações que têm alimentado muito preços de ativos”, diz Bráulio Borges, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

O pacote, afirma, foi “completamente ofuscado” pelo anúncio do IR.

Solução política encontrada para aliviar o custo do anúncio de cortes de gastos, o aumento da faixa de isenção do IR adiciona incerteza ao cenário fiscal e econômico, dizem analistas.

A incerteza diz respeito, sobretudo, à viabilidade de o Congresso aprovar as medidas compensatórias para a isenção maior do IR, diz Arnaldo Lima, economista da Polo Capital.

**“Hoje, é muito difícil o Congresso aprovar medidas de elevação de alíquotas, de aumento de carga tributária. O mercado olhou para isso e pensou: [o governo] sabe o que vai mandar, mas não sabe o resultado disso.”**

Renan Martins, economista da MCM Consultores, lembra que as mudanças anunciadas para o IR “estavam no plano do governo desde o primeiro dia”, mas diz que o anúncio agora foi inesperado.

“A medida é ruim, mas, uma vez tomada a decisão, teria sido melhor o governo anunciá-la perto do Natal ou no Dia dos Trabalhadores, no ano que vem”, sugere Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV Ibre.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, considerou um erro “crasso” o anúncio da isenção do IR juntamente com o pacote de gastos.

Na visão do ex-secretário de Fazenda e Planejamento paulista, não deveriam ter misturado um tema com potencial aumento de renúncia fiscal com um pacote que deveria ser estritamente para conter gastos.

“Momento totalmente intempestivo. A medida deveria ser debatida no bojo de uma reforma da tributação da renda, em que há muito por ser feito. A busca por uma maior progressividade na tributação da renda é algo positivo. Mas, da forma como veio, acabou gerando esse revés.”

Borges diz que a faixa de isenção até R\$ 5.000 é alta.

**“Para melhorar a progressividade do nosso imposto de renda, a gente tem que atacar mais o topo da distribuição do que aumentar a faixa de isenção”, afirma.**

Junto com o pacote, o anúncio revela que o governo está mirando 2026, de olho na eleição, com uma política fiscal expansionista, mas que não ajuda o Banco Central na tarefa de fazer convergir a inflação, diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX.

Isso porque a medida pode, ainda, aumentar o impulso fiscal em uma economia já aquecida, apontam economistas.

“Foi uma surpresa negativa pelo timing, trazendo preocupações de que pode pressionar a inflação e os juros, considerando que fomenta o consumo”, afirma Ítalo Franca, economista do Santander.

Para Leal de Barros, a decisão de trazer o anúncio da isenção do IR para dentro do pacote de gastos mostra que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, “perdeu o debate interno para a Casa Civil e que o governo está mais preocupado em passar para eleitor a mensagem de que não há perda”.

Há dúvidas no mercado sobre o impacto fiscal de R\$ 35 bilhões calculado pela Fazenda com a medida. Como boa parte da população vai deixar de pagar IR — o próprio Haddad estimou entre 70% a 80% dos trabalhadores assalariados —, o impacto pode ser maior, observa Leal de Barros.

Se forem R\$ 35 bilhões, a compensação via tributação de rendas superiores a R\$ 50 mil mensais, com uma alíquota efetiva mínima de 10% e um escalonamento entre a faixa de isenção e rendas de R\$ 7.500, é “potencialmente suficiente”, diz Pedro Schneider, economista do Itaú.

A isenção financiada pelo imposto mínimo sobre quem ganha mais de R\$ 600 mil é uma “medida paliativa interessante”, mas que está longe de enfrentar “todos os problemas que precisamos corrigir na tributação de renda”, afirma o economista Sérgio Gobetti, pesquisador do Instituto de Economia Aplicada (Ipea).

Além disso, Schneider diz que há detalhes ainda em aberto e riscos de tramitação no Congresso — como na definição do que será contabilizado como renda tributável — e riscos de aumento da elisão fiscal, com os contribuintes buscando formas de evitar o aumento de tributação.

Por isso, diz, os próximos passos serão acompanhar o prazo de tramitação do pacote — dividido entre emenda à Constituição (PEC) e lei complementar (PL) — no Congresso, a priorização frente ao projeto do IR e eventuais novos detalhes com a publicação dos projetos de lei e PEC.

Em particular, a economia das medidas que necessitam de PEC, que tende a ter tramitação mais demorada, é de R\$ 13,3 bilhões em dois anos segundo o Santander e de R\$ 16 bilhões de acordo com o Itaú.

Para João Leme, economista da Tendências Consultoria, é improvável que a proposta seja aprovada pelo Congresso como foi apresentada pelo governo.

“Acho difícil que passe exatamente como está. Há muitos pontos controvertidos e conflitos de interesse”, diz. “Temos visto como esse Congresso tem lidado com questões sensíveis de matéria fiscal, ainda não decidiram nada sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) ou sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Tampouco decidiram os detalhes finais da reforma tributária do consumo, e agora se quer colocar mais uma reforma tributária sobre o imposto de renda”, afirma.